



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR
 Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar
SECRETARIA DE GOVERNANÇA FUNDIÁRIA, DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIOAMBIENTAL

II - PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 976224/2025

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar - MDA**

Nome da autoridade competente: **Moisés Savian**

Número do CPF: **003.777.129-90**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Moisés Savian**

Portaria nº 1.362, de 27 de janeiro de 2023, publicado no D.O.U. de 30 de janeiro de 2023, seção 2.

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA – UG/Gestão:490002/00001**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED:

21B6 - 00B Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT

210X - 00Q Secretaria de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental - SFDT

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Instituto Federal do Maranhão - IFMA**

Nome da autoridade competente: **CARLOS CESAR TEIXEIRA FERREIRA**

Número do CPF: *****.580.103.*****

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Instituto Federal do Maranhão - IFMA**

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **Instituto Federal do Maranhão - IFMA UG/Gestão: 158128/26408**

Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED:

3. OBJETO: Contribuir, a partir de atividades de pesquisa, capacitação e extensão, para o processo de restauração produtiva em estabelecimentos rurais da agricultura familiar, com prioridade de mulheres e jovens, em assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas e demais Povos e Comunidades Tradicionais no Território da Baixada Ocidental, Vale do Itapecuru e Campos e Lagos no Estado do Maranhão. Serão promovidas ações de assessoria técnica, difusão de tecnologia e integração com políticas públicas que fomentem o processo de áreas degradadas para fins produtivos, para regularização ambiental, para a ampliação da capacidade de produção de alimentos saudáveis e de produtos da sociobiodiversidade a beneficiários. As ações serão realizadas de acordo com as premissas do Programa Nacional de Florestas Produtivas e em articulação com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar do Maranhão.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:

A contribuição científica do Instituto Federal do Maranhão - IFMA para a execução do objeto, se dará com atividades de pesquisa, capacitação, assessoramento e extensão realizadas por meio das seguintes metas e ações que atenderão 2.136 beneficiários de forma direta e 8.544 beneficiários de forma indireta conforme quadro abaixo:

META	BENEFICIÁRIOS DIRETOS	BENEFICIÁRIOS INDIRETOS
META 2	2.136	500
META 3		7.044
META 4		1.000
TOTAL	2.136	8.544

Meta 1 – Realizar 1 diagnóstico que sirvam de linha de base para definição da situação atual dos beneficiários nos 12 municípios contemplados;

Elaboração de diagnóstico com a finalidade de registrar e avaliar a situação inicial e demandas dos beneficiários a serem atendidos pelo projeto. As técnicas de diagnóstico deverão valorizar, por sua vez, o processo de obtenção de informações de forma pactuada e coletiva, sendo importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política junto as comunidades. Para tanto o diagnóstico será realizado conforme as ações abaixo:

Ação 1 – Realização do diagnóstico junto aos beneficiários nos municípios atendidos, Tabulação de dados e confecção do diagnóstico.

Este estudo será realizado em 12 municípios localizados nos Territórios da Baixada Ocidental Maranhense, Vale do Itapecuru e Campos e Lagos do Estado do Maranhão, onde as ações do TED irão beneficiar diretamente 2.136 beneficiários. Para realização deste estudo será feita uma pesquisa de campo diretamente com a totalidade de beneficiários a serem atendidos pelo projeto, a fim de realizar diagnóstico inicial com coleta de dados sociais, ambientais, produtivos, necessidades de capacitação e articulação, para posterior comparação com os resultados subsequentes. Portanto, é fundamental para a execução exitosa do projeto, pois orienta o planejamento das ações em campo e as tomadas de decisão.

O diagnóstico deverá focar em:

a) mostrar evidências que caracterizem a população-alvo no início da intervenção,

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

b) analisar a dinâmica do contexto e, principalmente, os fatores externos que afetariam a obtenção dos resultados do projeto para seu posterior monitoramento, e

c) determinar a situação inicial dos resultados e indicadores de impacto do projeto, elevando seu primeiro valor por meio de técnicas específicas de pesquisa social.

O questionário de pesquisa a ser aplicado deve incluir a lista de perguntas identificadas pelo projeto, integrar os indicadores de resultados e impacto do marco lógico. Esse questionário será elaborado pelo IFMA em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, em articulação com a equipe do Programa Nacional de Florestas Produtivas/MDA. A pesquisa será realizada a nível familiar, obrigatoriamente no domicílio do entrevistado. Não será permitida a pesquisa em grupos de beneficiários. Os diferentes blocos do questionário servem para responder aos indicadores específicos estabelecidos neste documento, cujas variáveis e dados serão centrais no diagnóstico.

O questionário de pesquisa a ser aplicado deve incluir a lista de perguntas identificadas pelo projeto, integrar os indicadores de resultados e impacto do marco lógico. Esse questionário será elaborado pelo IFMA em conjunto com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF, em articulação com a equipe do Programa Nacional de Florestas Produtivas. A pesquisa será realizada a nível familiar, obrigatoriamente no domicílio do entrevistado. Não será permitida a pesquisa em grupos de beneficiários. Os diferentes blocos do questionário servem para responder aos indicadores específicos estabelecidos neste documento, cujas variáveis e dados serão centrais no diagnóstico.

O quadro amostral será a lista de todas as unidades na população desejada, para construção das amostras de pesquisa do estudo de Linha de Base, incluindo a lista de beneficiários do projeto.

Deverá ser elaborado banco de dados, em formato eletrônico, e seguindo as especificações deste documento, obtido com a aplicação do instrumento de coleta de dados no campo (questionário), acompanhado de uma análise preliminar dos resultados. Além do banco de dados deverá apresentar um relatório analítico de cada variável presente no questionário contendo, no mínimo: i) média; ii) número de observações; iii) desvio padrão; iv) mediana; v) percentis e valores de mínimo e máximo. Deverá incluir também, os valores de linha de base para o Marco Lógico do Projeto, bem como a descrição sobre o cálculo para cada indicador. Este informe deverá ser acompanhado de um dicionário para leitura do banco de dados e poderá também ser acompanhado de tabelas e gráficos para facilitar a compreensão dos resultados.

Produto – 1 diagnóstico com dados da situação atual dos 12 municípios atendidos.

Meta 2 - Garantir Assessoria Técnica para 2.136 beneficiários de assentamentos e comunidades quilombolas nos municípios;

A equipe técnica atuará em 12 municípios situados em 3 territórios conforme descrito abaixo:

Território da Baixada Ocidental maranhense: Alcântara, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Santa Helena, Serrano do Maranhão.

Território do Vale do Itapecuru: Anajutaba.

Território dos Campos e Lagos: Pedro do Rosário, São Vicente Ferrer e São João Batista.

Ação 1 –Seleção e Disponibilização de equipe técnica (3 coordenadores e 24 técnicos de campos) para realização das atividades.

Os serviços envolvem um conjunto de atividades que, de forma integrada e complementar, devem contribuir para a promoção da restauração produtiva. Nesta perspectiva, as atividades descritas a seguir deverão ser obrigatoriamente realizadas no decorrer do período de execução dos projetos de restauração produtiva:

I - Reuniões de mobilização e animação social

Essas atividades, de caráter coletivo, deverão ser realizadas no início da execução dos projetos de restauração produtiva, com objetivo de mobilizar, sensibilizar e animar as famílias rurais para participar dos projetos. Nos eventos deverão ser apresentados os objetivos, as atividades, a metodologia, os resultados esperados, os recursos disponíveis, as organizações parceiras e todo arranjo previsto para a execução dos projetos. Deverá ser realizada 1 reunião por Município com duração mínima de 4 horas

II - Reuniões de articulação com organizações parceiras

As reuniões de articulação com as organizações parceiras têm por objetivo apresentar a proposta do projeto técnico e definir estratégias de ação conjuntas/integradas em todas as etapas do Projeto. É fundamental que as equipes identifiquem organizações parceiras para que esta relação seja fortalecida ao longo da execução do projeto. Respeitar e fortalecer as relações interinstitucionais prévias é estratégico para a potencialização de resultados.

III - Visitas individuais às Unidades Familiares de Produção Agrária - UFPAs

Cada técnico da equipe deve assessorar, no máximo, 75 beneficiários, com visitas individuais bimensais ao longo dos 12 meses de execução do Projeto (mínimo de 2 horas de duração para cada visita). Essas atividades são de caráter individual e têm por objetivo estabelecer um processo de apresentação e diagnóstico da disponibilidade de mão de obra, da capacidade de investimentos das famílias rurais e das tipologias de sistemas de restauração produtiva presentes nas UFPAs, além da reflexão sobre a realidade das famílias rurais atendidas pelos projetos, considerando o contexto das UFPAs, comunidades e territórios rurais a qual estão inseridas.

IV - Reuniões de socialização do diagnóstico e planejamento das ações

As reuniões, de caráter coletivo, consistem em dois momentos:

- a) socialização da sistematização dos diagnósticos das UFPAs;
- b) identificação de problemas e desafios comuns;
- c) convergência de interesses, prioridades e potencialidades para superar estes problemas e desafios;
- d) possibilidades de interação e atuação coletiva;
- e) planejamento das ações que serão realizadas no decorrer do projeto;
- f) estratégias e ações devem ser discutidas e pactuadas para intervenção, priorizando ações coletivas, a partir dos grupos, comunidades, municípios ou territórios.

Deverá ser realizada 1 atividade de 6 horas por Coletivo atendido.

V - Oficina de Estruturação de Redes Locais de Coleta de Sementes Nativas

Os técnicos das equipes de cada município devem realizar uma oficina de 8 horas para estruturação de 12 Redes Locais de Coleta de Sementes Nativas, com todos os Agentes Jovens de Inovação Rural e público beneficiário por município. Os técnicos de cada município devem articular as indicações dos agentes locais junto às famílias rurais. Cada família rural participante do Projeto indicará, ao menos, um jovem rural (entre 18-29 anos) como Agente Local para participar das atividades do Projeto. Os Agentes Locais indicados pelas famílias rurais de cada município comporão a Rede de Coleta de Sementes Nativas (Total de 10 Agentes Locais por município).

VI - Estruturação das Casas de Sementes e dos Viveiros Comunitários

Os técnicos, com apoio financeiro e logístico do projeto, deverão dar suporte técnico para a estruturação de 12 Casas de Sementes e Viveiros Comunitários, cada qual para servir 1 município beneficiário. As Casas de Sementes e os Viveiros Comunitários devem ser estruturados, em local pré-existente e disponibilizado pela comunidade e de forma integrada com o campo experimental a ser instalado em cada município. Essas estruturas visam receber as sementes nativas coletadas pelas respectivas Redes Locais de Coleta de Sementes Nativas e preparar a oferta de insumos de sementes e/ou mudas às famílias rurais selecionadas para desencadear processos de restauração produtiva. Os técnicos devem auxiliar as Redes Locais de Coleta de Sementes Nativas no levantamento de demanda anual de sementes e mudas, assim como na elaboração do Plano de Coleta e Entrega de Sementes para suprir as demandas do Projeto. Coleta e comercialização de excedentes de sementes e mudas, seja pelo mercado privado ou pelo Programa de Aquisição de Semente – modalidade Sementes – (PAA Sementes) operado pela Companhia Nacional e Abastecimento (Conab), devem ser estimuladas para geração de renda de curto prazo aos jovens rurais que formarão as Redes Locais de Coleta de Sementes Nativas. Com as estimativas de coleta planejadas, os extensionistas devem elaborar um Plano de Tratamento e Armazenamento de Sementes, Formação de Mudas e de Doação de Sementes e Mudas aos estabelecimentos rurais beneficiados. As Casas de Sementes e Viveiros Comunitários serão coordenadas pelos extensionistas com o apoio dos Agentes Jovens de Inovação Rural vinculados as equipes durante a vigência do contrato de assessoria técnica. Os técnicos deverão identificar beneficiários da comunidade atendida para coordenar as Casas de Sementes e Mudas após o término do contrato. A estruturação de cada Casa de Sementes e Viveiro Comunitário e a elaboração dos seus respectivos Plano de Coleta e Entrega de Sementes e Plano de Tratamento e Armazenamento de Sementes, Formação de Mudas e de Doação de Sementes e Mudas devem consumir 14 horas de cada equipe por município.

VII - Acompanhamento de Campos Experimentais

Os técnicos, com apoio financeiro e logístico do projeto deverão dar suporte técnico para a implantação de 12 Campos Experimentais que servirão como Unidades de Referências de Produção Agroecológicas (unidades demonstrativas), cada qual beneficiará 1 Município. Os Campos Experimentais devem conter 1 hectare cada e serem implantadas preferencialmente em uma Casa Familiar Rural ou na indisponibilidade desta, em áreas de produção coletivas disponibilizada para a implantação do Campo Experimental no Município. Se houver mais de um desenho agrônomo pretendido entre as famílias rurais, esses desenhos se tornam tipologias e devem ser implantados no

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

mesmo hectare da Unidade de Referências de Produção Agroecológicas, com espaço compartilhado, sendo recomendável o máximo de 4 tipologias (mínimo de 0,25 hectare por tipologia), no entanto a sugestão de implantação é pela implantação de uma área com espécies nativas florestais de fins não madeireiros que possam ser consorciados com alimentos e/ou outras atividades que proporcionem a manutenção da floresta em pé (apicultura por exemplo). As equipes devem promover dinâmicas coletivas mensais de observação, aprendizagem e erro. A partir da safra 2025/2026 e 2026/2027, as tipologias dos desenhos agrônômicos devem ser replicadas pelas famílias rurais em seus estabelecimentos rurais, com mão de obra das próprias famílias rurais, apoio técnico, Casas de Sementes e Viveiros Comunitários (ativo de insumos genéticos) e Unidade de Referências de Produção Agroecológicas (ativo de conhecimento). Portanto, a replicação das tipologias de desenhos agrônômicos nos estabelecimentos rurais (ativo de terra) estará sob a coordenação das equipes de técnicos com o acompanhamento dos Agentes de Inovação Rural e execução dos beneficiários (ativo de trabalho), com um arcabouço de apoio técnico. Após a replicação das tipologias de sistemas de restauração produtiva das unidades demonstrativas aos estabelecimentos rurais beneficiados por cada município, cada equipe deve organizar visitas coletivas dentro de cada grupo tipológico para avaliação participativa de cada tipologia de restauração produtiva. As equipes devem se responsabilizar pelo levantamento de dados requeridos, em protocolo científico a ser elaborado pelo IFMA, dos sistemas replicados, e promover oficinas participativas de devolução de resultados, uma em cada Projeto Local, com a presença dos Agentes Locais e famílias rurais de cada Município. Será realizada 1 atividade coletiva, pela equipe de técnicos, por mês com duração de 8 horas, em cada Projeto Local.

Ação 2 – Seleção e Disponibilização de 120 Agentes Jovens de Inovação Rural e Articuladores Municipais.

Serão selecionados 10 Agentes Jovens de Inovação Rural por município, totalizando 120 Agentes bolsistas. A seleção se dará por parâmetros a serem determinados em edital de seleção e estes agentes terão a função de, durante 12 meses, auxiliar os técnicos e prestarem acompanhamento ao público beneficiário e campo experimental auxiliando na Assessoria Técnica e transferência de tecnologia.

Ação 3 – Seleção e Disponibilização de 12 Agentes de Articulação Local.

Os agentes de articulação local serão selecionados na quantidade de 1 agente por município, totalizando 12 agentes por projeto. Terão o objetivo de realizar articulações dentro do município com as comunidades, organizações da sociedade civil, parceiros públicos das três esferas que atuam a nível municipal e auxiliando nas mobilizações que se fizerem necessárias. Serão o primeiro apoio no que se trata de assuntos do projeto no município de atuação.

Produto – Relatório de Assessoria Técnica de acompanhamento por lote; Relatório de Acompanhamento Técnico dos Agentes Jovens de Inovação Rural; Relatório dos Articuladores Locais; Lista de Beneficiários contendo 2.136 beneficiários com assessoria técnica garantida.

Meta 3 -Capacitar 2.136 beneficiários para Gestão das Unidades Familiares de Produção nos princípios e com foco na transição para agroecologia potencializando a inclusão sócio produtiva, a partir da produção agroecológica e agregação de valor e comercialização de produtos nos mercados institucionais, feiras livres e mercados regionais;

Ação 1 – capacitação de 24 técnicos, 120 Agentes Jovens de Inovação Rural e 12 Agentes de Articulação Local.

A formação técnica dos extensionistas de nível superior e técnico das equipes de técnicos, Agentes Jovens de Inovação Rural e Articuladores Municipais, deverá ser realizada antes de iniciadas as atividades deste projeto. A formação será de caráter de nivelamento dos técnicos, apresentação do Programa Nacional de Florestas Produtivas, apresentação do projeto e proposta metodológica em que os técnicos serão inseridos, ocasião em que deverão ser tratados com priorização dos conceitos de restauração produtiva. O curso será presencial com carga horária de 8 horas.

Ação 2 - Realização de cursos FIC para 2.136 beneficiários

A qualificação terá foco na ação local, incorporando as dimensões econômica, ambiental, cultural e social de forma descentralizada e participativa. Objetiva promover, junto aos agricultores e agricultoras dos territórios rurais, uma visão crítica da problemática econômica, ambiental, social e cultural por meio da percepção integrada do meio físico, biótico e antrópico, garantindo formação e capacitação de agricultores e formadores de opinião nas comunidades beneficiárias. Os cursos terão duração de 120 horas cada (80 horas teóricas e 40 horas práticas) com 40 alunos em média por turma, totalizando 214 turmas divididas nos 12 municípios onde cada beneficiário terá a oportunidade de realizar 4 (quatro) cursos em diferentes temáticas. Todo o processo de execução das ações será fundamentado no princípio pedagógico da integração: educação x qualificação profissional x alimentação saudável x produção sustentável. Todas as ações terão caráter formativo, devendo incluir de forma integrada, os conteúdos de Habilidade Geral, Específica e de Gestão indicados a seguir, sem prejuízos de outros que se definam em função da realidade local, das necessidades dos agricultores familiares, do mercado consumidor e do perfil da população a ser atendida. Desta forma, os conteúdos programáticos dos cursos devem abranger com priorização recuperação e restauração produtiva, além de habilidades gerais, compreendendo conhecimentos sobre comunicação verbal e escrita, mundo do trabalho, legislação trabalhista, cidadania, ética, direitos e deveres, confecção de currículo, marketing pessoal, valores pessoais e profissionais, previdenciária e afins, mulher/gênero, trabalho e transformação. Já os conteúdos sobre habilidades específicas, envolvem competências e conhecimentos relativos a leis, processos, métodos, técnicas, normas, materiais, equipamentos e outros conteúdos específicos necessários para cada ocupação que contribuirá com o aprendizado previsto em conformidade com a Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). Em Habilidade de Gestão contempla-se conteúdos de público consumidor da produção, acesso ao mercado de forma individual ou coletiva, acesso ao crédito-Microcrédito Produtivo Orientado e Micro Empreendedor Individual -MEI. As Propostas de Qualificação Profissional deverão possuir carga horária mínima de 80 horas teóricas por curso de acordo com a ementa e assuntos a serem abordados. A carga horária de cada curso deverá ser distribuída da seguinte forma: 10% para Habilidades Gerais, 80% para Habilidades Específicas e 10% para Habilidades de Gestão. Deverá ter ainda 40 horas adicionais de prática. Os temas priorizados são: cadeias produtivas, irrigação, elaboração de projetos, Assessoria Técnica e inovação, gerenciamento, agroecologia, restauração produtiva e temas correlatos a serem definidos por meio de diagnóstico a ser previamente realizado.

Ação 3 – Concurso de projetos

Em complementação aos cursos FIC, os alunos que apresentarem interesse em ter um projeto produtivo aprovado para implementação de acordo com as práticas aprendidas, poderão participar de um concurso de projetos com finalidade de fomento aos 200 melhores. Os projetos serão submetidos a regras de um edital específico e serão selecionados mediante regras estipuladas, sendo analisados por banca específica para tal fim, com a participação das instituições que assinam o TED. Os projetos selecionados e que os alunos tenham concluído com êxito os Cursos FIC receberão o custeio necessário para sua implantação.

Ação 4 - Mutirão Territorial

Atividade de campo para mobilização, nos territórios beneficiados pelo projeto, com objetivo permitir o acesso a políticas públicas e programas do Governo Federal, a emissão e regularização de documentação e a divulgação de informações para acesso ao crédito e demais ações específicas para a agricultura familiar. Trata-se de ação para acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, gratuitamente. A atividade é estratégica para ampliação do Programa Nacional de Florestas Produtivas, inclusive com expectativa de prospecção para projetos no Estado do Maranhão.

Ação 5 - Conferências Territoriais

As conferências, alinhadas com as premissas do Programa Nacional de Florestas Produtivas, tem como objetivo geral construir uma agenda política estratégica que responda aos desafios estruturais da transformação agroecológica na agricultura familiar. Dessa forma, irão, através da escuta dos atores territoriais, reunir estratégias de desenvolvimento socioeconômico alinhadas com as metas globais e nacionais de descarbonização da economia, eliminação da fome, redução das desigualdades sociais e regionais, nos âmbitos interno e internacional. Além disso, vão contribuir para sugestão de diretrizes de mitigação e adaptação à emergência climática e de transição da matriz energética que reestruturam o modelo de desenvolvimento das atividades produtivas rurais, agroindustriais e comerciais, valorizando-se os princípios agroecológicos.

Produtos: Realização de 214 cursos (Turmas) FIC com 120 horas cada (80 horas práticas, 40 horas Práticas); Seleção e fomento de 200 projetos produtivos inovadores.

Meta 4 - Implantar 12 campos experimentais de produção agroflorestal que sirvam de área de difusão de inovação e tecnologia rural.**Ação 1 – Criação de Rede de coletas de sementes e formação de mudas;**

Essa ação visa a estruturação de 12 Casas de Sementes e Mudanças Integradas, cada qual para servir 1 Projeto Municipal composto por escola rural, associação, cooperativa ou sindicato formada pela agricultura familiar. Essas estruturas visam receber as sementes nativas coletadas e produzir mudas para realização dos processos de restauração e recuperação produtiva. Cada município terá uma Casa de Sementes e mudas em uma estrutura local pré-existente, como escola rural, associação, cooperativa ou sindicato enquanto o instituto federal do Maranhão – IFMA em articulação com a Secretaria de Estado de Agricultura Familiar - SAF, por sua vez, irá apoiar a estruturação operacional das 12 Casas da Sementes e mudas, cada qual para servir 1 Projeto Municipal. As Casas de Sementes e Mudanças serão coordenadas pela SAF em parceria com o IFMA e acompanhadas pelos técnicos da equipe e supervisionados diariamente pelos Agentes Jovens de Inovação Rural.

Ação 2 – Implantação de Campos Experimentais (Unidades Produtivas).

Cada Município irá implantar um Campo Experimental e o IFMA, com acompanhamento da SAF, se responsabilizará pela estruturação física e a doação de insumos para viabilizar a estruturação operacional dos 12 Campos Experimentais. O desenho agrônômico será realizado pela equipe de assessoria técnica e Agentes Jovens de Inovação Rural que submeterão o desenho agrônômico para aprovação posterior do IFMA e da SAF. Se houver mais de um desenho agrônômico pretendido, será implantado no mesmo 1 hectare do Campos Experimental, com espaço compartilhado entre dois ou mais desenhos, sendo aceito no máximo 4 desenhos por campo e sendo recomendado 1 campo homogêneo de 1 hectare sempre que possível e de concordância dos beneficiários. O IFMA deverá se responsabilizar pela implantação, coordenação dos processos de acompanhamento científico e de avaliação participativa dos Campos, pela supervisão cotidiana das unidades demonstrativas, em articulação com a SAF. Os bolsistas das equipes de técnicos auxiliarão no trabalho de orientação para o plantio, manejo e colheita, assim como suporte técnico agrônômico às famílias rurais.

Produto: Rede de coletas de sementes e formação de mudas formada e funcional; Campos experimentais implantados.

Meta 5 - Apoio a Gestão do Projeto

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

Esta meta consta da contratação de 1 coordenador executivo que supervisionará todo o projeto e suas atividades em campo, assim como disponibilização de veículos com combustível e motorista que permitam o deslocamento e acompanhamento do projeto enquanto sua vigência. Constará ainda de taxa administrativa para que o IFMA desempenhe a gestão do projeto. Desta forma a meta 5 será composta das seguintes ações:

- Ação 1 – Contratação de coordenador executivo e coordenadores institucionais (IFMA);
- Ação 2 – Contratação de técnico para apoio e atuação junto ao MDA em Brasília.
- Ação 3 - Disponibilização de logística para acompanhamento e supervisão do projeto.
- Ação 4 - Custos operacionais;
- Ação 4.1 - Fundação de apoio á Pesquisa;
- Ação 4.2 - Fundação de apoio ao IFMA;
- Ação 4.3 - Outros e correlatos.

Produto: Contratação de 3 coordenadores; Contratação de 1 Técnico de Apoio; 2 Pick ups disponibilizadas com motorista e combustível.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

O Estado do Maranhão, devido à sua localização em uma zona de transição entre os climas semiárido, característico do interior do Nordeste, e o clima úmido equatorial da Amazônia, apresenta variações climáticas e pluviométricas marcantes. Com uma área total de 331.983 km², o Maranhão conta com cerca de 110,4 mil km² cobertos pelo bioma amazônico, dos quais 75% da cobertura florestal foi desmatada, principalmente para dar espaço à agricultura e pecuária (INPE, 2016). Embora a taxa de desmatamento da floresta amazônica tenha diminuído desde 2008 no Maranhão, uma parcela significativa da perda recente de floresta é atribuída ao corte ilegal, incluindo o desmatamento em áreas protegidas (ICMBIO, 2015; ISA, 2017).

A Baixada Maranhense, abriga os Territórios da Baixada Ocidental e Campos e Lagos, apresentando ainda o Território do Vale do Itapecuru como vizinho, regiões que remontam ao período colonial, com colonização iniciada no século XVII. Com mais de dois séculos de história, estes territórios ainda enfrentam desafios significativos, refletidos nos indicadores sociais precários. O Atlas do Desenvolvimento Humano registra dados alarmantes sobre a realidade dessa região, evidenciando um quadro de abandono histórico, com baixos níveis de escolaridade e renda, onde os problemas estruturais e conjunturais persistem devido à fragilidade ou inexistência de políticas públicas eficientes.

Estes territórios refletem a desigualdade no processo de desenvolvimento do Maranhão e do Brasil como um todo, com a coexistência de segmentos econômicos avançados e outros mais atrasados. As atividades econômicas predominantes na região são a agricultura familiar e pesca artesanal, com práticas de subsistência de baixo impacto no desenvolvimento econômico local, e a pecuária, caracterizada por métodos rudimentares e um sistema extensivo, com criação de animais voltada principalmente para consumo próprio ou venda em situações de necessidade.

Os municípios abrangidos por esta projeto e iniciativa do Programa Nacional de Florestas Produtivas em parceria com o IFMA estão localizados na mesorregião do Norte Maranhense e pertencem à microrregião do Litoral Ocidental Maranhense, agrupando os municípios de Alcântara, Bequimão, Cedral, Cururupu, Guimarães, Mirinzal, Santa Helena e Serrano do Maranhão. Os municípios de Pedro do Rosário, São Vicente Ferrer e São João Batista integram a microrregião da Baixada Maranhense, e o município de Anajatuba que compõe o Território do Vale do Itapecuru, todos situados dentro da Amazônia Legal, conforme dados do IBGE (2021).

Este contexto Geoambiental oferece uma visão clara das condições e desafios enfrentados pela região, destacando a necessidade urgente de políticas públicas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável, melhorar a qualidade de vida da população e preservar os recursos naturais da Baixada Maranhense.

1.1. Características Geográficas

A área abrangente pelos 12 municípios que compõem este território totaliza 11.962,92 km² e possui uma população de 273.124 habitantes. Dentre esses municípios, Santa Helena é o segundo mais populoso, com 41.561 habitantes, Cururupu, com 31.558 habitantes, e Pedro do Rosário, com 24.420 habitantes. Juntos, esses quatro municípios representam uma população de 97.539 habitantes, o que corresponde a 35,71% da população total da região.

Tabela 1- Dados populacionais do Território da Baixada Ocidental Maranhense Campos e Lagos

Municípios	Área da unidade territorial [2023] Km	População no último censo [2022]	População estimada [2024]	Densidade demográfica [2022]
Alcântara	1.457,96	18.466	18.774	15,81
Anajatuba	940,489	25.322	26.221	26,92
Bequimão	790,222	19.584	19.983	24,78
Cedral	262,278	10.208	10.444	46,5
Cururupu	1.255,67	31.558	32.608	25,09
Guimarães	478,857	10.290	10.470	21,49
Mirinzal	686,944	13.978	14.297	20,35
Pedro do Rosário	1.753,87	24.320	24.917	13,87
Santa Helena	2.191,16	41.561	43.112	18,97
São João Batista	649,96	18.544	18.909	28,53
São Vicente Ferrer	394,634	19.498	19.885	49,50
Serrano do Maranhão	1.185,31	10.202	10.461	8,75

Fonte: IBGE (2025)

O município de Serrano do Maranhão apresenta a menor densidade populacional da região, contrastando com sua vasta extensão territorial. Este cenário é influenciado pela sua localização distante das principais malhas viárias, o que dificulta o acesso ao município, que conta apenas com estradas vicinais em condições precárias de tráfego. No entanto, o município se insere em uma região de grande relevância ambiental, caracterizada por uma rica diversidade de flora e fauna, com destaque para as baías, enseadas, ilhas, dunas, lagoas e extensas florestas de mangue. Esses ecossistemas abrigam diversas espécies de peixes, crustáceos, moluscos e aves, especialmente as migratórias, que utilizam a região como ponto de descanso, alimentação e reprodução. Dada sua importância ecológica, a área foi reconhecida internacionalmente pela Convenção de Ramsar, realizada no Irã em 1971, por sua contribuição para o equilíbrio climático global. Em 1991, o município foi integrado à Área de Proteção Ambiental do estado, por meio do Decreto Estadual 11.901/91, e passou a integrar a Rede Hemisférica de Defesa das Aves Limícolas, dada sua relevância para as aves migratórias. É fundamental destacar que os municípios de Bequimão, Mirinzal, Pinheiro, Santa Helena e São João Batista fazem parte da Área de Proteção Ambiental (APA) da Baixada Maranhense, situada no extremo norte do Estado do Maranhão. Esta APA abrange 21 municípios e possui uma extensão de 1.775.035,6 hectares. Reconhecida por sua rica biodiversidade, a APA da Baixada Maranhense incorpora uma complexa interface de ecossistemas, que inclui manguezais, babaçuais, campos abertos e inundáveis, estuários, lagoas e matas ciliares. A

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

diversidade de fisionomias e a vasta extensão da área conferem à APA uma importância significativa como unidade de conservação, pois ela propicia a manutenção de processos ecológicos de grande escala. Além disso, os manguezais desempenham um papel crucial na regulação local dos estoques pesqueiros, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos naturais da região.

Atualmente, o Atlas do Desenvolvimento Humano revela dados alarmantes sobre a realidade do Território Campos e Lagos, na Baixada Maranhense, evidenciando a persistente tendência de abandono por parte dos órgãos governamentais. A população dessa região, historicamente negligenciada, mantém-se em situação de empobrecimento, com índices significativos de baixa escolaridade e renda. A Baixada Maranhense apresenta uma realidade social precária, com resquícios da estrutura colonial ainda refletidos nos indicadores sociais, que se perpetuam ao longo das décadas, destacando-se problemas estruturais e conjunturais, resultantes da fragilidade ou ausência de políticas públicas eficazes. Essa situação é representativa de um processo de desenvolvimento desigual e assimétrico, típico não apenas do Estado do Maranhão, mas do Brasil como um todo. A economia da região é predominantemente concentrada nas atividades agrícolas e na pecuária, sendo as práticas agrícolas voltadas para subsistência e com baixo impacto no desenvolvimento econômico local e estadual. A pecuária, por sua vez, é caracterizada por métodos rudimentares de criação, com sistemas extensivos, voltados principalmente para o consumo próprio ou venda esporádica de animais, em situações de necessidade.

Um dos principais desafios enfrentados pela região é a dificuldade de permanência da população na área rural, devido à falta de titularidade da terra e à elevada concentração fundiária, o que tem gerado o êxodo rural e pressionado as periferias das cidades, especialmente da capital. A economia dos municípios da Baixada Maranhense depende, em grande parte, de recursos públicos, como aposentadorias e salários do funcionalismo municipal, para manter as atividades locais. A região é naturalmente marcada pela predominância de campos inundados e lagos perenes, com grande parte do ano sendo inundada pelas águas dos rios Grajaú, Mearim, Pindaré e Turiaçu, além de sofrer influência das marés, que podem chegar a atingir até 170 km da foz do rio Mearim. O clima predominante é úmido, com alta precipitação de chuvas e um período seco de curta duração. Embora a região seja rica em recursos naturais, incluindo terras cultiváveis e uma abundante fauna e flora, a escassez de infraestrutura e a falta de políticas públicas eficazes resultam em condições de vida precárias para a população rural, refletidas em moradias inadequadas, baixa qualidade de alimentação e educação, além de acesso limitado a serviços essenciais. Este cenário reforça a necessidade urgente de intervenções estratégicas e sustentáveis para reverter a situação e promover o desenvolvimento integral da região.

5.1. Territórios Quilombolas

Entre as unidades da federação, o Maranhão se destaca como o estado com o maior número de localidades quilombolas, totalizando 2.025 ocorrências, o que representa 23,99% do total de localidades quilombolas no Brasil. Essa configuração é resultado de uma organização espacial no estado, especialmente na área rural, marcada por pequenos aglomerados populacionais, o que contribui significativamente para o elevado quantitativo de localidades quilombolas. No âmbito nacional, 655 comunidades quilombolas (8,54%) apresentam mais de uma localidade dentro de um mesmo município.

O município de Alcântara, no Maranhão, lidera esse ranking, com 122 localidades quilombolas. No Território Campos e Lagos, destacam-se ainda os municípios de Pinheiro, com 74 comunidades quilombolas; Cururupu, com 62; e Serrano do Maranhão, com 55, refletindo a importância histórica e cultural das comunidades quilombolas na região. A região da baixada tem predomínio de população afrodescendentes e mestiça com grande número de comunidades quilombolas e assentamentos. E essas comunidades contêm um grau elevado de parentesco. A economia do território está concentrada no setor agrícola e na pecuária. A agricultura é familiar e de subsistência, significa dizer que o plantio de milho, feijão, arroz e principalmente a mandioca são indispensáveis para o sustento das famílias da baixada.

Ainda como atividade econômica, aparece o extrativismo do babaçu sendo bem forte na economia local, e que se caracteriza como uma atividade de subsistência, realizada especificamente por mulheres. A coleta e a extração das amêndoas do babaçu cumprem na unidade familiar agroextrativista as seguintes funções:

- (I) geração de renda, que é necessária para a família adquirir bens de consumo;
- (II) ocupação de mão de obra familiar com escassas oportunidades de emprego alternativo;
- (III) proteção contra o risco da atividade agropecuária

Tabela 2: Localidades quilombolas no Maranhão, segundo a ordem decrescente dos dez Municípios com maiores quantitativas – 2022

Municípios	Localidades Quilombolas
Alcântara	122
Itapecuru Mirim	121
Penalva	79
Santa Rita	71
Viana	69
São Vicente Ferrer	63
Cururupu	62
São Bento	55
Serrano do Maranhão	55
Anajatuba	27
São Vicente Ferrer	26
Cedral	6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2022

Na economia agroextrativista, a unidade familiar é incapaz de subsistir sem os produtos obtidos na "quitanda" onde acontece a troca ou venda da amêndoa do babaçu por produtos de primeira necessidade, sendo essa dinâmica comercial essencial para a manutenção e sustento da família na maioria dos municípios do território. A pesca artesanal é outra atividade realizada durante o ano inteiro nos campos da baixada. Para algumas famílias, ela se torna a única possibilidade de alimentação na maioria das vezes, sendo o único sustento das famílias da Baixada. Na pecuária, os rebanhos são diversificados com criação de suínos, aves, bovinos (gado de corte), caprinos, ovinos e bubalinos, sem assessoria ou capacitação técnica ao rebanho apesar de grande e na agricultura, isso faz com que a produção seja tímida e fragilizada apenas para o abastecimento do mercado local, sem grande alcance no mercado interno do Estado.

O extrativismo do babaçu exerce um papel crucial na economia local, destacando-se como uma atividade de subsistência predominantemente realizada por mulheres. A coleta e extração das amêndoas do babaçu desempenham funções essenciais nas unidades familiares agroextrativistas, sendo fundamentais para (I) a geração de renda, necessária para a aquisição de bens de consumo pela família; (II) a ocupação da mão de obra familiar em um contexto de escassas alternativas de emprego; e (III) a mitigação dos riscos associados à atividade agropecuária. No contexto da economia agroextrativista, a unidade familiar depende significativamente dos produtos obtidos no "quitanda", onde ocorre a troca ou venda da amêndoa de babaçu por produtos de primeira necessidade. Essa dinâmica comercial é essencial para a subsistência das famílias na maioria dos municípios da região. A pesca artesanal também constitui uma atividade de relevância no Território Campos e Lagos, sendo praticada ao longo de todo o ano nos campos da Baixada Maranhense. Para muitas famílias, a pesca se configura como a única fonte de alimentação e sustento. No setor pecuário, a criação de rebanhos diversificados, que incluem suínos, aves, bovinos de corte, caprinos, ovinos e bubalinos, é predominante. Contudo, a atividade carece de assessoria de capacitação ou assessoria técnica, o que resulta em uma produção sem grandes perspectivas de crescimento. A agricultura na região, por sua vez, apresenta uma produção tímida e fragilizada, voltada essencialmente para o abastecimento do mercado local, sem alcançar uma presença significativa no mercado interno estadual. Esse conjunto de atividades econômicas evidencia a dependência de formas de produção de baixo impacto e a necessidade urgente de políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade e a competitividade da região.

5.2. Assentamentos Rurais

A Baixada Maranhense, localizada em uma região caracterizada pela concentração fundiária histórica e pela desigualdade social, enfrenta desafios estruturais que afetam diretamente as condições de vida e de trabalho das populações rurais. Com 28.004 pessoas ocupadas na agricultura familiar, a região concentra o maior número de pessoas envolvidas nesse setor no estado, representando 15,46% do total de ocupados no Maranhão. Embora essa atividade seja predominante, a falta de apoio estrutural, como acesso a crédito rural, assessoria de capacitação ou assessoria técnica e políticas públicas adequadas, compromete o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida das comunidades. Além disso, a região também conta com 4.141 pessoas ocupadas na agricultura não familiar, o que corresponde a 13,67% do total de ocupados no estado.

Apesar da grande produção de alimentos voltada para o autoconsumo, a Baixada Maranhense enfrenta elevados índices de desnutrição e insegurança alimentar, principalmente nas áreas rurais. A concentração fundiária, que afeta 13,26% dos estabelecimentos da região e ocupa 228.345 hectares, agrava ainda mais a situação, já que os pequenos produtores têm dificuldades em acessar linhas de crédito e garantias para investimento em suas produções. A agricultura familiar ocupa 86,74% dos estabelecimentos, representando 216.513 hectares, mas a produção ainda é limitada e destinada, em sua maioria, ao mercado local, sem grande alcance no mercado interno do estado.

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

crise agrária, que persiste há várias gerações, reflete a continuidade de uma estrutura agrária concentrada, onde a falta de uma reforma agrária efetiva agrava a desigualdade social e impede o desenvolvimento pleno da região. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) administra 1.012 projetos de assentamento no estado do Maranhão, ocupando uma área de 4.714.695,4385 hectares e atendendo a 130.645 famílias. Os assentamentos são essenciais para a regularização fundiária e para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, representando um importante mecanismo na superação da pobreza extrema no meio rural. Porém, a Baixada Maranhense ainda enfrenta desafios relacionados à consolidação desses assentamentos, sendo a regularização fundiária uma prioridade para garantir a segurança no uso da terra e o fortalecimento das comunidades que dependem dessa atividade para sua sobrevivência.

A Baixada Maranhense, embora possua grande potencial natural e seja a microrregião com maior produção de culturas voltadas para o autoconsumo no estado, vê a maior parte de sua população rural vivendo em condições de extrema vulnerabilidade social e econômica. A falta de acesso a políticas públicas de saúde, educação, saneamento básico e transporte torna a vida no campo ainda mais desafiadora.

Nesse contexto, é essencial desenvolver estratégias que adaptem as práticas de produção agrícola à realidade local, promovendo modelos sustentáveis que integrem a agricultura familiar com a preservação ambiental. A implementação de ações coletivas que fortaleçam a agricultura familiar e promovam a inclusão social e econômica é fundamental para reduzir as desigualdades no meio rural e aumentar a renda dos pequenos produtores, contribuindo para o fortalecimento da economia local de forma sustentável.

A criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da agricultura familiar, por meio de incentivos a práticas sustentáveis, capacitação técnica, acesso a tecnologias apropriadas e à oferta de crédito rural com juros baixos e prazos adequados, é um elemento central para reduzir as desigualdades históricas no meio rural, especialmente das famílias quilombolas e extrativistas.

A região da Baixada Maranhense é caracterizada por uma série de projetos de assentamento que buscam promover a regularização fundiária e melhorar as condições de vida das famílias rurais. Esses projetos desempenham um papel essencial na reconfiguração do espaço rural, especialmente em regiões historicamente marcadas pela concentração fundiária, que gerou desigualdade social e limitações no acesso à terra. Nesse contexto, a implementação de assentamentos se apresenta como uma estratégia para garantir a distribuição equitativa de terras e fortalecer a produção agropecuária, especialmente a agricultura familiar.

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

(x) Sim

() Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

(x) Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

() Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

(x) Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

() Sim

(x) Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos:

1. Taxa administrativa (despesas operacionais e administrativas, conforme Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994 e Decreto nº 9.283, de 7) para dar agilidade a procedimentos, como a contratação de alguns serviços necessários à execução das ações previstas

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

MET AS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total	Início	Fim
MET A 1	Realizar 1 diagnóstico que sirva de linha de base para definição da situação atual dos beneficiários nos 12 municípios contemplados.	Diagnóstico	1		R\$ 514.600,00	mar/26	jul/26
Ação 1	Realização do diagnóstico junto aos beneficiários nos municípios atendidos, Tabulação de dados e confecção do diagnóstico	Diagnóstico	1	R\$ 514.600,00	R\$ 514.600,00	mar/26	jul/26
Met a 2	Garantir Assessoria Técnica para 2.136 beneficiários de assentamentos e comunidades quilombolas nos municípios.				R\$ 3.027.000,00	out/25	jun/27
Ação 1	Contratação e Disponibilização de equipe técnica para realização de assessoria técnica	Equipe	3 coordenadores/24 técnicos de campo	R\$ 5.000,00 /R\$ 3.500,00	R\$ 1.347.000,00	fev/26	mar/27
Ação 2	Disponibilização de Agentes Jovens de Inovação Rural	Equipe	120	R\$ 700,00	R\$ 1.008.000,00	jun/26	jun/27
Ação 3	Disponibilização de Agentes de Articulação Local	Equipe	12	R\$ 3.500,00	R\$ 672.000,00	nov/25	mar/27
Met a 3	Capacitar 2.136 beneficiários para Gestão das Unidades Familiares de Produção nos princípios e com foco na transição para agroecologia potencializando a inclusão sócio produtiva, a partir da produção agroecológica e agregação de valor e comercialização de produtos nos mercados institucionais, feiras livres e mercados regionais;				R\$ 5.833.468,00	fev/26	fev/27
Ação 1	Capacitação de 24 técnicos, 120 Agentes Jovens de Inovação Rural e 12 Agentes de Articulação Local	Curso	12	R\$ 5.000,00	R\$ 60.000,00	fev/26	ago/26
Ação 2	Realização de cursos FICs para 2.136 beneficiários	Curso	214	R\$ 22.000,00	R\$ 4.708.000,00	set/26	fev/27
Ação 3	Concurso de projetos	Projeto	200	R\$ 4.277,34	R\$ 855.468,00	dez/26	fev/27
Ação 4	Mutirão Territorial	Mutirão	3	R\$ 45.000,00	R\$ 135.000,00	set/25	mar/26

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA							
Ação 5	Conferências Territoriais	Conferências	3	0	R\$25.000,00	R\$75.000,00	nov/26 jan/27
Meta 4	Implantar 12 campos experimentais de produção agroflorestal que sirvam de área de difusão de inovação e tecnologia rural.				R\$ 2.186.300,00		ago/26 dez/26
Ação 1	Implantação de 12 Campos Experimentais (Unidades Produtivas de base agroecológicas) e formação de 12 Rede de coletas de sementes e produção de mudas;	Campo	12	R\$ 145.000,00	R\$ 1.740.000,00		ago/26 dez/26
Ação 1	Implantação de 12 Campos Experimentais (Unidades Produtivas de base agroecológicas) e formação de 12 Rede de coletas de sementes e produção de mudas;	Diárias		R\$ 335,00	R\$ 446.300,00		fev/26 fev/27
Ação 1	Implantação de 12 Campos Experimentais (Unidades Produtivas de base agroecológicas) e formação de 12 Rede de coletas de sementes e produção de mudas;	Material Gráfico					
Ação 1	Implantação de 12 Campos Experimentais (Unidades Produtivas de base agroecológicas) e formação de 12 Rede de coletas de sementes e produção de mudas;	Alimentação					
Meta 5	Apoio a Gestão do Projeto				R\$ 1.838.632,00		out/25 mar/27
Ação 1	Contratação de 3 coordenadores (1 executivo e 2 institucionais do IFMA)	Bolsa	51	R\$ 5.000,00	R\$ 255.000,00		out/25 mar/27
Ação 2	Contratação de Técnico para atuação junto ao MDA	Bolsa	4	R\$ 8.571,00	R\$ 34.284,00		nov/26 mar/27
Ação 3	Disponibilização de estrutura de logística (2 pickups) para acompanhamento e supervisão do projeto.	Verba	1	R\$ 361.600,00	R\$ 361.600,00		jan/26 mar/27
Ação 3	Disponibilização de estrutura de logística (Combustível)	Verba	1	R\$ 115.748,00	R\$ 115.748,00		jul/26 mar/27
Ação 4	Custos operacionais						
Ação 4.1	Fundação de apoio á Pesquisa	Verba	1	R\$ 670.000,00	R\$ 670.000,00		set/25 abr/27
Ação 4.2	Fundação de apoio ao IFMA	Verba	1	R\$ 268.000,00	R\$ 268.000,00		set/25 abr/27
Ação 4.3	Outros e correlatos	Verba		R\$ 134.000,00	R\$ 134.000,00		set/25 abr/27
				TOTAL	R\$ 13.400.000,00		
10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO							
MÊS/ANO: 07/2025				VALOR: R\$ 6.700.000,00			
MÊS/ANO: 05/2026				VALOR: R\$ 6.700.000,00			
TOTAL				R\$ 13.400.000,00			
11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD							
CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA					CUSTO INDIRETO		VALOR PREVISTO
Outros serviços de terceiro – Pessoa Jurídica (33.50.39)					(Não)		R\$ 12.328.000,00
Contribuições (Despesas Operacionais e Administrativas a serem cobertas pelo IFMA - 8%) (33.50.39)					(Sim)		R\$ 1.072.000,00
Total							R\$ 13.400.000,00
12. PROPOSIÇÃO							
São Luís/MA.							
<p style="text-align: center;">CARLOS CESAR TEIXEIRA FERREIRA Reitor do Instituto Federal do Maranhão - IFMA</p>							
13. APROVAÇÃO							
Brasília-DF.							
<p style="text-align: center;">Moisés Savian Secretário de Governança Fundiária, Desenvolvimento Territorial e Socioambiental -SFDT</p>							



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cesar Teixeira Ferreira, Usuário Externo**, em 16/09/2026, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MOISES SAVIAN, Secretário**, em 20/09/2026, às 08:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **55941485** e o código CRC **86684082**.